

como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, limpeza e vigilância, portaria e serviços de reformação. **3.2 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT, o salário e a Contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.10 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.11 - Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.12 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF, CLT e serviços médicos e odontológicos e ISS sobre serviços médicos prestados. **3.13 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, e aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 31.12.2018 totalizou R\$ 157.256,28. **3.14 - Outras Contas a Pagar:** São valores que correspondem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. Totalizam-se em 31.12.2018, R\$ 593.246,53. **3.15 - Materiais em Estoque em nosso poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2018 esses valores totalizaram R\$ 32.726,68. **3.16 - Financiamentos/Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos quando tomados são reconhecidos, inicialmente, quando o reconhecimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Durante o ano de 2018, não foi necessário a unidade gerenciada tomar empréstimos/financiamentos junto às instituições financeiras. **3.17 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com o item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2018 representava R\$ 14.464.994,51. **3.18 - Obrigações com Materiais de Terceiros:** O Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro, possui materiais consignados no valor de R\$ 29.180,33, que integram o estoque e são reconhecidos em contas de ativo e passivo circulante. **3.19 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas, as quais são determinadas com base nas informações disponíveis em relação a eventos futuros, quais são estabelecidas com o uso de pressupostos e pressupostos em relação a eventos futuros. Registros significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral decorrentes da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos dados adquiridos nos exercícios até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e provisões. **3.19.1 - Contingências Passivas (Trabalhistas):** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. As ações civis têm por origem, independentemente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizações, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2018 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante por um mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor aplicado foi de R\$ 42.656.415,44, não havendo nenhum processo com a possibilidade de perda como "remota". No exercício de suas atividades em 2018, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.939.763,94, conforme quadro abaixo:

Contingências Passivas					
Trabalhista		Cível		Remota	
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
1.134.793,45	1.939.763,94	-	388.000,00	42.656.415,44	-

3.19.2 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio da prudência, as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão proferida em julgamento para a qual não cabem mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, a entidade não reconhece as contingências até o momento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2018, a unidade gerenciada não possui contingências ativas com probabilidade "provável". **3.20 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na grande maioria, estes valores encontram-se sujeitos a negociações em andamento. Os valores a receber e passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.21 - Ajuste do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 RR), Item 12, o resultado do exercício apurado segundo o regime de competência, acrescido e/ou deduzido das contingências ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado seja sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são rastreadas pelo regime de competência. As despesas são rastreadas pelas anuidades através dos comprovantes, contratos, serviços bancários, recibos e outros, com também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios e de uso restrito para custeio ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Especificação sobre a Forma de Reconhecimento de receitas ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Recitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes
Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2018, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2018, como informação suplementar pelas FRFS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração

enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos pelas Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para o contrato de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 os valores representados o montante de R\$ 76.424,23. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada na SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. No decorrer de 2018, foram recebidos R\$ 154.692,37 sob a forma de medicamentos para aplicação em suas atividades operacionais. Em 2017, a entidade não recebeu doações. **4.4 - Auxílios, Subvenções e outros Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Resolução para a contabilização de todos seus tipos de Assistenças Governamentais atende à Entidade CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas as condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica. No exercício de 2018, a SPDM recebeu doações de R\$ 154.692,37. O Odélio Leão Carneiro recebeu Assistenças Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

Convênios/Contratos	RS
Contrato de Gestão 319/2017	283.349,00
Contrato de Gestão 366/2017	109.316.430,56
Total	109.599.779,56

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com o apurado na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, o saldo do patrimônio líquido ao final dos dois anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1.305/10 e 1.409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Resolução CFC nº 1.409/12 (Item 11) e CPC 12 (Item 12), que exigem que o patrimônio não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em divulgar a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2014,

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2018	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Síndia Hospitalar - TOTAL	6.030	6.000	6.030	6.181	12.060	12.181
Síndia U/Eletra - TOTAL*	1.296	1.296	1.296	1.356	2.592	2.652
Cirurgia (U/Eletra) - TOTAL	2.880	2.717	2.880	2.685	5.760	5.402
Procedimentos Invasivos (Cirurgias Amb + Cons. Esp. Cirúrgica)	1.800	965	1.800	1.465	3.600	2.430
SADI Externo - TOTAL	15.084	24.895	15.084	33.085	30.168	57.980
Atendimento em Hospital (CIH/SUS)	7.200	6.200	7.200	7.059	14.400	13.259

9 - Isenções e Contribuições Sociais Liquidadas: Por atender aos requisitos estabelecidos no art. 29 da Lei 12.101 de 27/10/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e portaria R4 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), outorgado conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patroanal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30.12.2017, a Entidade apresentou o requerimento, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e das contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 23.763.807,22. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, a Entidade optou em estabelecer o valor de R\$ 23.763.807,22 (23.763.807,22) em função da dependência sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e tratou em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído em 2018 (R\$ 23.763.807,22) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos em 2018 (R\$ 23.763.807,22). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em contrato, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros. **9.1 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que estabelece a contabilidade das atividades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme Item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de prestadores de serviços voluntários. Para o cálculo da remuneração a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Agosto/17 (R\$/hora) no

Dr. Antônio José Pedro L. da Costa - Diretor Técnico

e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 RR), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em conta de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistêmicas. Em 2018 a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 110.550.927,51, esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 118.839.595,82. Dessa forma se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário em R\$ 288.668,61. **6.1 - Ênfase ao Resultado:** Devemos considerar, em relação ao resultado operacional da unidade, o fato de que os valores pactuados no contrato de gestão, não foram repassados em sua integralidade, conforme firmados para o ano de 2018. Ainda assim, o Hospital manteve sua demanda de atendimentos no período, contribuindo para o aumento das despesas operacionais, o que também elevou significativamente o valor deficitário. A unidade mantém constantemente esforços para garantir que os recursos obtidos sejam utilizados de forma eficiente e que os custos operacionais com mercadorias e serviços de terceiros sejam reduzidos, sem que isso represente prejuízo na eficiência e na qualidade da prestação dos serviços ao público atendido. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria R4/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, bem como o somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CHIA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos e a vinculados.

Produção - 2018		SUS
Linha de Atendimento		12.734
Internações		14.167
Nº de pacientes no atendimento		66.541
Nº de Cirurgias		7.832
Nº de Partos		3.221
Díarias de UTI - Total		15.599
Internação/Atendimento Domiciliar		207
Atendimento Ambulatorial - Total		27.520
Consulta médica		22.467
Atendimento não médico		5.053
HD/Cirurgia ambulatorial		2.430
SADT - Total		421.749
Neto-díalítico		2.643

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2018	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Síndia Hospitalar - TOTAL	6.030	6.000	6.030	6.181	12.060	12.181
Síndia U/Eletra - TOTAL*	1.296	1.296	1.296	1.356	2.592	2.652
Cirurgia (U/Eletra) - TOTAL	2.880	2.717	2.880	2.685	5.760	5.402
Procedimentos Invasivos (Cirurgias Amb + Cons. Esp. Cirúrgica)	1.800	965	1.800	1.465	3.600	2.430
SADI Externo - TOTAL	15.084	24.895	15.084	33.085	30.168	57.980
Atendimento em Hospital (CIH/SUS)	7.200	6.200	7.200	7.059	14.400	13.259

Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceição e Coordenação Luiz Afonso Romano André Estatística Sérgio Santos. Conceitualização: Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas que usou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades-ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89; em 2017 estes valores foram de R\$ 7.006,45. Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2018 totalizaram R\$ 17.998,20; em 2017 estes valores apurados foram de R\$ 3.866,28. **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento às legislações supra-citadas, a entidade reconhece as obrigações em conformidade com a seguinte Norma: "Todas as transações de ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo, o valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possibilidade de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão tomados os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entende que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário o ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulantes) sendo que os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas: **10.1 - Ativos:** A entidade reconhece o custo de aquisição de ativos em seu valor presente. **10.2 - Passivos:** A unidade gerenciada Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro, possui em vigor, apenas contrato de seguro de vida dos colaboradores para cobertura de riscos profissionais. Devido às instalações prediais serem caracterizadas com o título de bem público, não há aplicação de seguro predial em nome da entidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelecido no art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Uberlândia/MG, 31.12.2018.

Rogério Marcos Reis - Contador - CRC ISPP216.264/0-3

te de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Observamos o atendimento das demonstrações contábeis internas referentes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base de informações contábeis operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em conexão à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 29.03.2019. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P/024298/0-3 - Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.2252/0-1 - CVM - Ato Declaratório Nº 7710/04; Ricardo Roberto Molino - Contador - CRC/SP ISP 161.144/0-3 - CNAI - SP - 1619

MOTA-ENGL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A. - FILIAL BRASIL
 CNPJ n. 15.321.765/0001-09

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)					
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		ATIVO CIRCULANTE	
2018	2017	2018	2017	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa		Fornecedores		1.915.596	
Clientes		Tributos a recolher		510.467	
6.131.900		Partes relacionadas		14.450.852	
Estoque		814.546		9.956.877	
829.552		Total do passivo circulante		17.691.461	
2.099.725		PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	
Impostos a recuperar		Salários e encargos sociais		-	
Partes relacionadas		2.099.725		-	
Despesas antecipadas		4.332.284		-	
Outros ativos		214.011		-	
Total do ativo circulante		18.512.798		11.401.928	
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado		Patrimônio Líquido		2.210.000	
723.837		Prejuízo Acumulado		(664.826)	
Total do ativo não circulante		Total do patrimônio líquido		1.545.174	
723.837		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.236.652	
TOTAL DO ATIVO		19.236.652		11.401.928	

As demonstrações financeiras completas encontram-se à disposição na sede da Companhia.

PROCURADORES: Manuel Antonio Mendes Teixeira, Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga - CONTADORA: Thais Nery de Assunção CRC/MG: 111.456

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

2018		2017			
Receita líquida dos serviços				3.325.189	1.855.951
Custos dos serviços prestados				(3.103.662)	(1.256.312)
LCRUCO BRUTO				221.527	599.639
Despesas gerais e administrativas				(200.142)	(476.291)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS				21.385	123.348
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras				136.482	14.083
Despesas financeiras				(131.780)	(13.351)
LCRUCO ANTES DO IMPOSTO DE RENDAS				153.165	136.699
IMPOSTO DE RENDAS					
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				(53.710)	(51.044)
Correntes				99.455	85.655
LCRUCO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					

BARBOSA & MARQUES S.A.
 CNPJ 19.273.477/0001-91
 NIRE 31.500.040.488

AVISO AOS AÇÕESISTAS
 Estão à disposição dos Srs. acionistas na Rua Aluizio Esteves, 250, B. Lourdes Governador Valadares-MG os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2018.

Governador Valadares, 26 de Abril de 2019
Humberto Esteves Marques
 Presidente do Conselho de Administração